



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 866/2015	DATA: 16/6/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 15h7min	TÉRMINO: 15h59min	PÁGINAS: 26
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Discussão das próximas diligências a serem realizadas. Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião para discussão das próximas diligências a serem realizadas e deliberação de requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das Atas da 11ª e 12ª reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dispensada a leitura das atas a pedido do Deputado Cabo Sabino.

Em discussão as atas.

Não havendo quem queria discuti-las, em votação.

Os Srs. Deputados que a as aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas as atas.

Eu queria aproveitar a oportunidade, antes da deliberação, e pedir sugestões aos Srs. Parlamentares. Ainda bem que a Deputada Eliziane Gama chegou, porque uma das audiências ou diligência que a gente estava em mente de realizar é uma visita ao Maranhão.

É bom que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenha em mente o seguinte: o nosso prazo é até o dia 17 de julho. Em virtude da espera de dados que a gente precisa para poder tomar iniciativas, até agora alguns dados não chegaram, e nós ficamos parados, perdendo tempo.

Então, nós precisamos deliberar sobre algumas localidades em que nós precisamos fazer a diligência. Eu quero, antes da deliberação, consultar a Deputada Eliziane Gama se está tudo bem lá no Maranhão, se a gente já está em condições de partir para lá. Na semana que vem, a gente já está querendo fazer essa reunião.

V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., especialmente pela diligência em agilizar os trabalhos da Comissão, considerando inclusive os prazos.

Nós estivemos no Estado do Maranhão, conversamos inclusive com representações da OAB, já tivemos contatos também com o Ministério Público e



demais organizações, inclusive com familiares de presos do sistema prisional, enfim, conversamos com pessoas que têm muito conhecimento e participaram do processo junto à Ouvidoria, à Corregedoria do próprio sistema carcerário. Na verdade, há uma expectativa muito grande em relação à chegada da CPI.

O questionamento que eu faço a V.Exa. é como se dará a forma dessa diligência: será apenas uma visita ao sistema, vendo as condições, ou se nós poderemos até ouvir algumas pessoas, porque eu também fiz contato com a Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. O Dr. Humberto se colocou à disposição, para que nós pudéssemos inclusive ouvir algumas das pessoas que se prontificassem a conversar conosco. Dentre eles, Sr. Presidente, nós temos um caso emblemático no Estado Maranhão, que foi a prisão de um dos chefes de carceragem, que estava envolvido diretamente com ato de corrupção dentro do sistema. Eu acho que seria interessante a gente ouvi-lo, porque são informações que inclusive vão ajudar para ser exemplo em outros Estados brasileiros e vão nos dar uma visão mais específica, naturalmente que no caso do Maranhão, mas que poderá servir de exemplo para outros casos nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, eu acho que a Comissão vai concordar, mas eu só tenho uma certa resistência. Nós não podemos ir para um Estado ou um estabelecimento prisional sem uma meta predefinida. Então, por exemplo, esse caso do carcereiro preso é um fato novo. Eu não sabia disso. Então, eu deixaria a cargo de V.Exa. escolher no Estado quem é que nós queremos ouvir. Se nós formos ao estabelecimento prisional para ouvir o diretor, ele não vai dizer os problemas que tem para nós. Ele vai nos enganar, vai nos enrolar. Por isso, é importante os Parlamentares trazerem para nós algumas informações.

Eu acho que lá no Maranhão a gente precisa ouvir alguém do sindicato dos agentes penitenciários. V.Exa. já poderia anotar para a gente ter isso em mente. Alguém da OAB? Tudo bem.

É importante, além dessas audiências públicas que a gente faz, e tem que se conseguir um espaço na Assembleia. Nós temos que aproveitar a audiência pública pela manhã. Na parte da tarde, por exemplo, nós teríamos que ir a algum local onde existe denúncia de maus-tratos, de superlotação, porque a superlotação, hoje, é um dos grandes desafios que nós temos para tentar resolver.



Eu vi um dado recentemente que nos deixou todos estarecidos. O dado dizia que 40% da população carcerária já deveria estar solta. Ora, quem é o culpado disso? É o Poder Judiciário? Então, nós temos que ir em cima do Poder Judiciário. Então, nessa audiência pública não pode faltar o juiz de execução penal.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ele tem que nos explicar o porquê não se faz mutirão nesses Estados para permitir que os condenados possam...

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - E o Ministério Público também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Ministério Público também, Deputada.

Então, em cima desses nomes, e o que V.Exa. achar mais conveniente...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Inclusive, Presidente, para ajudar no debate, nós temos, como eu coloquei anteriormente, os familiares, a associação dos familiares de presos. Eles têm informações importantíssimas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ... para nos ajudar. Inclusive, é um debate que a gente tem feito com muita frequência no Maranhão.

Agora, nós temos um caso, Presidente, que é emblemático no Maranhão. Nós temos o desaparecimento de um preso chamado Ronalton que se deu há aproximadamente 3 anos. Algumas informações, inclusive decisões judiciais... É impressionante, porque o Estado do Maranhão não consegue dizer o que aconteceu com esse detento. A gente não sabe. Alguns presos que eu inclusive já cheguei a conversar falaram: "*Olha, ele foi morto, cortado em pedacinhos e jogado numa lixeira, alguém encontrou algum pedaço*". Mas não há uma informação formal do Estado referente ao caso do Ronalton.

Nós temos decisões judiciais em outros Estados brasileiros se referindo ao Ronalton como alguém que foi exatamente dilacerado, morto, com esse respaldo, mas não há, de uma forma formal, por parte do Governo do Estado, referente ao paradeiro, o que aconteceu, se ele foi assassinado ou se ele participou de uma fuga no sistema prisional.



Esse é um fato que nós também precisamos estar ouvindo. Então, eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, na época, quem seria o diretor do presídio, do estabelecimento?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu não tenho exatamente o nome do diretor agora, porque houve uma mudança sucessiva nesse período, mas a gente poderia chamar o diretor específico desse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Aí, no caso, nós vamos fazer a inquirição de quem?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A gente poderia chamar o diretor específico do período e o presidente, quem fez, inclusive, a diligência. Houve um inquérito, a abertura de um processo administrativo dentro do sistema prisional, mas até o presente momento não houve a conclusão desse inquérito.

Então, só para o senhor ter uma ideia de como realmente a coisa aconteceu de uma forma jogada. A gente não conseguiu ter efetivamente essas informações.

Então, eu acho que estar ouvindo e chamando essas cinco representações, associações de familiares de presos, sindicato dos agentes penitenciários, o Judiciário — nós só temos uma Vara de Execução Penal no Estado do Maranhão em funcionamento para atender um universo de 5 mil internos, sem falar dos outros processos realmente que estão em curso —, Ministério Público — vamos lá novamente, eu me perdi um pouco —: sindicato dos agentes penitenciários, associação dos familiares, Judiciário, Ministério Público. Chamaríamos quem estava dirigindo o sistema no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - OAB.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - OAB. Nós já iríamos aí para seis ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Seis.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - ... para estar ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu pediria a V.Exa. o seguinte: numa audiência pública, numa Assembleia, faríamos a oitiva dessas pessoas, ouviríamos essas pessoas. Se aparecer mais alguém, a gente também ouve. Aí, sim, para a questão da superlotação, nós teríamos que ter um deslocamento até os estabelecimentos que forem determinados por V.Exa.



Lá nós vamos precisar da logística, vamos precisar do diretor do estabelecimento prisional, para que separe uma sala para que a gente possa visitar o sistema. Ele tem que estar com os números da população carcerária, que é tão difícil, quantas vagas existem, etc.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pronto. Inclusive, só uma informação que é interessante. Todos os conflitos mais graves que nós tivemos no sistema prisional no Estado do Maranhão deram-se nos últimos 3 ou 4 anos. Nós tivemos agora uma mudança de Governo. Então, mudou muita gente. Nós temos, inclusive, algumas pessoas que estavam nesse período, e a gente pode estar conversando, o que poderá nos ajudar muito referente a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. mantém um contato com a assessoria para poder organizar esses detalhes?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Hoje mesmo eu já me sento e a gente já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, tá.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Agora, a data fica para quando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A data fica para semana que vem ou... Quinta-feira fica muito em cima? V.Exa. tem que estar lá para organizar algumas coisas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu já tive uma conversa prévia com todas essas organizações, que me cobram com muita frequência a data de ida da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Hoje é terça. Para a gente viajar na quinta fica, muito em cima.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Teria que ser na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só não posso me ausentar da votação da maioria, no dia 30. Pode ser quinta-feira que vem?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A gente fica quinta e sexta.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Vinte e seis é sexta-feira. Dia 25 é quinta. A gente tem votação aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, mas a CPI não. A CPI é autorizada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A gente vai em missão pela CPI. Isso é uma justificativa das faltas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos, em missão, pela CPI. Não tem problema. Vamos quinta...

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Então, 25 e 26.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. Quinta e sexta.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Eu queria fazer... O senhor me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Eu gostaria que os dados dessa missão em que vamos fossem repassados com antecedência a cada Parlamentar, para que nós tomássemos ciência do que são as acusações, do que são as demandas, para que, quando chegarmos lá, realmente esta CPI funcione como CPI, com interrogatório,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - ... indagando, perguntando, sabendo a linha de investigação, porque nós temos que tomar consciência de que isso aqui não é audiência pública. Nós não vamos nos largar daqui para o Maranhão... Nem o povo do Maranhão, nem o povo do Brasil esperam que a gente saia daqui para outro Estado, para chegar lá e falar números e trazer estatísticas. Isso é para audiência pública. Nós temos que ir lá e realmente fazer perguntas diretas, principalmente no que tange a essa questão de transferência de preso, a essa questão de pagamento de propina dentro de presídio.

Um caso como esse que a Deputada que me antecedeu acabou de contar aqui. O que nós temos de concreto, por onde anda esse preso, o que foi que houve, o que foi que não houve. Então, nós temos que ter documentos, com antecedência, para que nós possamos estudar e chegar ao Maranhão com o ar de CPI, fazendo indagações, fazendo inquirições. Se possível for, seria importante que, na hora, se nós tivermos qualquer tipo de situação, nós pudéssemos encaminhar o que for



preciso ao Ministério Público e sairmos de lá com a missão cumprida. Quem sabe, não encontremos lá a ponta do *iceberg* ou o *iceberg* todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

Eu só queria lembrar à Comissão... Para vocês terem uma ideia... Eu fiz alguns requerimentos, solicitando dos Governadores ou dos seus Secretários de Segurança que nos enviasse dados sobre a população carcerária, superlotação, déficit de vagas. Para vocês terem uma ideia, já deve ter uns 20 dias que eu fiz esse requerimento, esse ofício. Por incrível que pareça, apenas quatro Estados — quatro! — responderam.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Bahia, Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu não tenho aqui de cabeça. Acre, Maranhão, Mato Grosso e Brasília.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Piauí, Ceará e Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Então, outros não responderam. Por isso, tem hora que nós temos que engrossar a conversa.

Nós estamos requisitando, e se não cumprirem dentro do prazo legal incorrerão no crime de responsabilidade, os contratos de cogestão de alguns Estados onde existe a cogestão, ou seja, a terceirização.

Se eu pedi um dado que o País não pode deixar de ter e isso me foi negado ou, pelo menos, estão levando em banho-maria, imaginem quando eu pedir a terceirização. Então, por isso nós requisitamos, para poder...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Para contribuir, Presidente. Só para contribuir com esse assunto.

Hoje, houve um debate na Comissão de Direitos Humanos que acabou agora, com a participação do Ministro da Justiça e do Ministro Pepe Vargas. Na minha fala, eles vieram justamente justificar que já há um apenamento forte para o menor no Brasil, que está tudo certo, etc... Na minha inquirição ao Ministro, eu cobre... Na sua fala, ele disse que isso seria colocar as crianças com as facções criminosas no presídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu ouvi.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu até falei sobre o quanto eu lamentava saber que o Ministro da Justiça admite as facções como uma realidade...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E não faz nada...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - ... e também questionei a fala de dados para chegar ao que V.Exa. estava falando. Ele foi transparente e disse: “*Nós não temos dados, porque os Estados têm metodologias diferentes, muitas vezes não fornecem... Eu só posso falar pelos quatro presídios e pelo quinto que nós vamos inaugurar este ano, e o resto está no dane-se*”. Ele não disse “o resto está no dane-se”, mas eu estou dizendo aqui, fazendo uma tradução para V.Exa.

O Ministro da Justiça, na outra sala, acabou de admitir que o Ministério da Justiça — seja o DEPEN, seja o Ministério, seja quem for — não consegue ter os dados para saber a realidade do sistema prisional ou de quem está preso e por que, de quantos são apenados e de quantos poderiam estar liberados ou não. Ele não tem esses dados. Então, em relação a esse sofrimento de V.Exa. por serem somente quatro Estados, o Governo acabou de admitir: “*Olha, pode fechar as portas porque não funciona*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, isso é lamentável. É lamentável, porque sem dados a CPI não tem como avançar em alguns fatos, em alguns setores.

Eu vou conceder a palavra ao Deputado Busato e, em seguida, ao Deputado Edmilson para depois fazermos a deliberação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente, eu queria só colaborar com a sistematização das nossas reuniões. Como nós temos um prazo até o dia 17 de julho — e o que se sabe é que o Presidente Eduardo Cunha não está prorrogando nenhuma CPI —, então nós vamos ter que fazer uma sistematização para que possamos dar cabo às nossas funções.

Nós temos aqui quatro Sub-Relatorias: a de Arquitetura e Construção, que está comigo; a da Terceirização; a do Crime Organizado e a das Mulheres. Eu acho que nós poderíamos fazer essas nossas idas aos Estados por capítulos, para tentar resolver um problema de cada vez.

Evidentemente que esse caso do Maranhão já entra no tema do crime organizado. Eu solicitaria uma visita a Porto Alegre, onde teríamos alguma coisa sobre arquitetura e construção para mostrar. E sugiro que visitemos alguma coisa



em termos de terceirização. E, aí, teríamos um relatório sobre cada tema, para que possamos chegar a 17 de julho com a nossa tarefa pronta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem lembrado. Eu ia até sugerir, com relação à Sub-Relatoria de V.Exa., conforme já estava acertado, porque há um requerimento aqui, que, após a aprovação, nós já fizéssemos essa diligência.

Queria pedir também ao Deputado Major Olimpio que nos ofereça algo com relação ao crime organizado, principalmente porque eu acho que já está aprovado o requerimento feito por V.Exa., para que nós possamos, na semana seguinte, ir para São Paulo e lá ficar, no mínimo, por 2 dias, porque é mais próximo. V.Exa. nos apresente o mais rápido possível os nomes. Vamos ouvir o Marcola, sim. Temos que ouvir o Marcola. Temos que ouvir o crime organizado de São Paulo. Temos que ir lá.

Quanto a isso eu não tenho nenhum problema, mas é claro que deve ser um local adequado, para que o nosso pessoal possa se deslocar e fazer as devidas indagações sem nenhum constrangimento ou até mesmo receio de alguma coisa. V.Exa. teria que organizar isso na Assembleia. E, da mesma forma que a Deputada Eliziane fez, que V.Exa. também organize essa questão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Vamos ouvir os líderes e as facções. A ideia é ouvi-los lá onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - No presídio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Seria um estorvo fazer o deslocamento, com a força policial necessária. Deus me livre!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Exatamente. Vamos ao presídio. Evidentemente que lá deve ter salas seguras, etc., sem nenhum problema e com toda segurança para a CPI.

O segundo Sub-Relator é o Deputado Major Olimpio; o terceiro Sub-Relator é o Deputado Pinato. Hoje também, aprovando essa série de requerimentos do Deputado Pinato, ficaríamos mais tranquilos para fazer as audiências. E a Deputada Carmen Zanotto é a quarta Sub-Relatora, que lamentavelmente não se encontra. Eu preciso ouvi-la com relação a alguma sugestão. Há um requerimento dela aqui de uma audiência pública para debater o Plano Nacional de Saúde no Sistema



Penitenciário. Então, S.Exa. tem que dizer aqui quem quer ouvir para avançarmos nessa questão.

Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, na verdade, os Deputados que participam aqui, em geral, têm uma ligação grande, uma preocupação grande com o problema. O ideal era que nós pudéssemos cumprir aquela agenda toda de diligências. Já estou achando difícil pelo curto tempo para esgotar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas eu acredito que a gente vai conseguir uma prorrogação. Acredito.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu apresentei dois requerimentos, Pernambuco e Pará. No meu Estado praticamente todos os meses ocorre rebelião. E, na verdade, os problemas são muito parecidos. Funcionários são feitos reféns, outros presos são feitos reféns. E as situações têm várias motivações. Já houve situações de incêndio provocado por medo dos presos prêmios, aqueles que estão envolvidos com algum tipo de crime hediondo e que, pelo código penal das penitenciárias, se forem pegos, serão, certamente, hostilizados.

Há 3 meses, quando ouviram barulhos pelo atraso da alimentação, tocaram fogo e acabaram se queimando e morrendo. E nem tinham fugido os demais, apenas faziam barulho exigindo o cumprimento do horário. Então, são situações assim, todo mês; problemas de superlotação, etc.

Eu acho que no debate sobre o Maranhão nós tocamos em todas as questões fundamentais. E V.Exa. complementa com uma que também é fundamental. Aliás, há um projeto de lei, sobre o qual eu até estou inscrito para debater — ele permanece em pauta, mas não foi ainda a debate —, que propõe punir os Estados com menos 2%, parece-me, dos repasses federais, caso eles se neguem a oferecer informações. Não sei se está correto do jeito que está proposto, mas eu sei que, no mínimo, ele provoca uma reflexão sobre o sistema. Ninguém pode sonegar dados. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A gente fica de mãos atadas.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Nem para uma CPI, nem para o Governo Federal. É o cúmulo! O Governo Federal não pode omitir dados se um Estado precisa deles. São dados públicos. E, na verdade, isso inviabiliza uma política nacional para o território brasileiro.

Eu não sei se é possível, mas como Maranhão e Pará são Estados vizinhos, se nós pudéssemos aproveitar a mesma viagem, no segundo dia ou no primeiro, nós parariamos em Belém, por exemplo, na Região Metropolitana, porque lá há concentradas várias prisões. No Estado inteiro há grandes penitenciárias, Santarém, Itaituba, Marabá, mas a Região Metropolitana concentra, realmente, o principal dos problemas.

E aí, Presidente, tentando sintetizar, quando V.Exa. pede respostas, eu acho que já é uma contribuição nossa aperfeiçoar esse projeto de lei ou propor outro que crie uma obrigação de fornecimento de informações já na CPI, para impor autoridade à CPI, e, para além da CPI, como uma obrigação administrativa realmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E aí a gente entende por que o Governo Federal anunciou os 40 e poucos presídios. Eu sou um crítico do Governo Federal, mas a gente tem que dar o braço a torcer, porque, quando a gente vai ver, são os Estados que não dão as informações, não dão a contrapartida, não fazem um projeto. E as coisas não acontecem em virtude disso.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E, realmente, é uma vergonha nacional, e não apenas para o Ministro ou para o Governo Federal, dizer que não tem dados.

Mas, veja bem, se for o Ministro da Saúde, ele não vai dizer isso, porque há um sistema que o obriga, ou então o cara não recebe a grana, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Exato.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O Prefeito ou o Governador não vão receber a grana. O Hospital do Câncer, lá, não receberá se sonegar informação. AIH. São 200 AIHs. Duzentos o quê, rapaz? Tem que provar que tem gente internada ali, que mereceu um tratamento, uma cirurgia eletiva. Isso não pode ser ao deus-dará, conforme a vontade do governante.



Agora, há problemas quando um Governador — eu sou de oposição ao Governo tucano lá no Pará, mas eu não posso ser leviano. Quando eu chego a uma penitenciária como a PEM 1, que eu visitei mais recentemente — seiscentos e poucos presos, duzentas, quase trezentas vagas, sendo que mais da metade é de presos temporários —, eu pergunto quantos defensores públicos ela tem. Não foi citada a defensoria para o Maranhão. Eu queria propor. Quantos defensores? Uma defensora para essa penitenciária, prestando serviço em outros Municípios do Estado, que tem o tamanho de 12 Cubas, quase 3 França. Então, não dá para levar a sério. É culpa do defensor, que não consegue dar conta de prestar assistência jurídica?

Eu acho que nós temos que tocar nessas feridas. Ao mesmo tempo, o Estado diz que não tem como agir, porque falta grana. Então, pensemos num sistema nacional que crie condições para que a defensoria pública se fortaleça em todos os Estados. O Ministério Público sabe disso. Nós temos dois juízes, o Maranhão tem um, nós temos dois de execução penal. E são pessoas muito sérias, que são hoje uma referência nacional, que querem contribuir, mas não têm como. São 13 mil presos para 2 juízes. Não há mutirão que dê jeito. Isso é um problema.

Eu acho, para concluir, Presidente, que nós tínhamos que chegar, ouvir presos, ouvir os dirigentes do sistema penitenciário, fazer uma sessão de uma hora com cada setor e ouvir a polícia também.

Eu fui agora à Penitenciária Americana, de Santa Izabel, e tinha um policial numa guarita para 1.200 presos! Eu não estou exagerando: um policial numa guarita para tomar conta! Então, é faz de conta que está cuidando. Não há agentes, e 90% dos agentes penitenciários são temporários, sendo que 40% foram nomeados há 3 meses, 4 meses. Não se faz concurso. Como é que eu exijo de um agente penitenciário conhecimento, competência técnica se ele foi nomeado para ficar ali em um cargo por 1 ano, prorrogável, talvez, por mais 1 ano?

Quer dizer, é uma coisa que vai se eternizando. E não é só no Pará. Eu acho que isso faz parte da produção de um caos penitenciário que nós, como CPI, temos condições de interferir para que haja uma gestão, independentemente de quem esteja no Governo, com um mínimo de seriedade, para que as penitenciárias



cumpram o seu papel social em favor da segurança, em favor da ressocialização dos presos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou acatar a sugestão da Deputada Eliziane de incluir na lista a defensoria pública. Eu acho que isso é importante.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria incluir. Eu gostaria, Presidente, de fazer uma colocação, até pegando o gancho do que o Cabo falou, e que eu achei muito interessante, sobre as oitivas. Há um fato real, que acontece no sistema prisional brasileiro como um todo, que são exatamente as denúncias dentro do próprio sistema.

Por exemplo, lá no Estado do Maranhão, nós temos uma denúncia feita pelos familiares de que, quando o preso chega, ele tem que dizer qual é a facção que ele integra. Facção, no caso do Maranhão, é a Bonde dos 40 ou a PCM. Então, ele tem que dizer qual é a facção. E aí eles têm que optar, porque senão acabam sendo mortos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Por isso que os agentes penitenciários não podem estar fora, de forma alguma, das nossas conversas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas também, Presidente, há alguns presos que se dispõem, na verdade, a trazer essas informações. Eu acho que se houvesse essa possibilidade de a gente ouvir pelo menos dois, porque inclusive eles já falaram conosco em algum momento, no Maranhão, na OAB e na Comissão de Direitos Humanos. Então, eu acho que isso seria interessante e ajudaria muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, não há problema. A minha preocupação, e aí nós temos que ter cuidado, é porque se um preso desses resolver nos ajudar e isso vazar, ele estará morto lá dentro. Então, nós também não podemos expô-los ao perigo. É claro que as informações verdadeiras, as informações...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - De repente, faríamos uma sessão mais fechada, secreta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Exatamente, é isso que eu peço.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Poderia ser. Nesse caso, faz-se uma fechada, secreta, em um determinado caso; e a outra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Porque daqui não vamos conseguir resolver. Com a ajuda de pessoas de lá é que vamos conseguir essas informações. Podemos tirar alguém de forma separada e sem percepção do presídio e ouvir essa pessoa.

Agora, se for conhecido o fato de que um preso saiu de lá para nos ajudar, podem ter certeza de que nós vamos ser responsáveis por mais uma morte no sistema prisional. Mas eu não tenho dúvidas de que as informações só vão sair dessas pessoas: do agente prisional, do penitenciário, do preso. O diretor do estabelecimento só vai nos dizer abobrinha: *“Olha, está tudo ótimo aqui, está tudo funcionando bem”*. Ele não vai dizer nada. Eu concordo plenamente com o Sabino. A CPI não tem que fazer o papel de ouvinte. Há algumas situações de audiência pública para a gente se familiarizar. Mas, na maioria das vezes, nós temos que ser mais incisivos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pronto. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Laudívio, que também tem uma grande contribuição, por favor. Depois, o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO LAUDÍVIO CARVALHO - Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde, Srs. Deputados. Apenas para reiterar o nosso interesse em que a Comissão compareça ao Estado de Minas Gerais.

Nós, há 15 dias, tivemos uma rebelião em uma penitenciária na cidade de Governador Valadares que ficou completamente destruída e onde dois detentos foram assassinados pelos próprios companheiros de cela. O Ministério Público e a Justiça determinaram o não recebimento de novos presos em algumas unidades, em Minas Gerais.

Então, gostaríamos de uma visita da Comissão para que pudéssemos traçar, num primeiro momento, um simples raio x, para podermos começar a entender melhor o que está acontecendo com uma das maiores populações carcerárias de todo o País, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado Laudívio.



Eu ainda insisto em que a nossa assessoria veja se não há condições de aproveitar a viagem do Maranhão para também irmos ao Pará. Eu já faço logo a consulta. Os Parlamentares que desejarem ir para essa viagem procurem a nossa assessoria e já deem os nomes, para podermos saber com quantos vamos contar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Qual é a data prevista, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A data prevista é dia 25 e 26, quinta-feira e sexta-feira da próxima semana. A ideia é que a gente vá ao Maranhão e, quem sabe, já saia para o Pará.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Eu queria, apenas como sugestão, já que estamos fazendo dois Estados, que a mesma Comissão que for a São Paulo vá a Minas Gerais também. Estamos muito próximos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A gente vai propor isso. Da mesma forma, quem for a Sergipe já vai a Alagoas também.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Nós não vamos ter recesso, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos ter recesso a partir do dia 18, a depender da prorrogação ou não. Eu realmente imputo de grande importância a falta de dados, porque a gente já poderia estar com tudo delineado para ir aos presídios que têm maior superpopulação. Mas, como os Estados se negam a conceder esses dados, fica até difícil imaginar para onde nós vamos. Temos de avançar com relação a isso.

Antes de deliberar, Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Só para contribuir, Sr. Presidente, porque faz parte do tema. Na minha visão, é um absurdo, mas a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro acabou de aprovar o Vale Transporte para familiar de preso. Há uma luta muito grande, nos Estados, para conseguir o Auxílio-Transporte para os policiais, para os agentes do sistema prisional, e o Rio de Janeiro, agora, foi inédito em relação a isso e está estabelecendo o Vale Transporte para familiares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado. Eu até acho que os familiares são merecedores, mas desde que outras categorias de trabalhadores tenham também. Bom, eu não vou entrar nesse mérito.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Sr. Presidente, só para complementar, V.Exa. já deliberou sobre este requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, eu ia deliberar agora.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Só uma sugestão: ao invés de colocar 60 dias, que sejam pelo menos 90 dias para fecharmos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não tem jeito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Não tem jeito, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não tem jeito. Eu vou conversar com o Presidente. O Presidente Eduardo Cunha é uma pessoa muito pragmática. Eu também vou mostrar para ele as dificuldades que nós estamos tendo. Eu resisto muito em ficar fazendo audiência, audiência. Isso não vai resolver nada. Ou nós vamos direto ao problema ou, então, nós não vamos ter condições de avançar.

Eu espero que ele não seja tão draconiano como ele foi com a CPI das Próteses. Ele disse que não ia prorrogar e acabou. Então, eu vou me basear nessas informações.

Eu consulto o Plenário se nós podemos aprovar todos os requerimentos em globo. Haveria algum problema em ler o *caput*...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. O primeiro é o da prorrogação.

Como eu vou passar a Presidência para...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, a gente podia fazer uma flexibilização na prorrogação, possibilitando os 90 dias para negociar. Se não for possível, pelo menos trabalharemos com um período mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está certo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. Vamos aprovar. É só mudar para 90. Acho que ele tem razão. Por que 60? Para depois pedir mais?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Se o Presidente não radicalizar, ficam 60. Se terminar antes...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A informação é de que, regimentalmente, o primeiro requerimento tem de ser feito pela metade. Então, tem uma amarração. Por isso, tem de ser 90, é isso?

Bem, vamos ver! A gente vai chorar um pouquinho.

Eu vou passar a Presidência ao Deputado Laudívio, para que eu possa defender este primeiro requerimento aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - A sugestão seria que, eventualmente, se houvesse requerimentos a serem destacados, que assim o fizéssemos, e os demais nós votássemos em globo. Isso é possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não há. Acho que ninguém... Eu consulto mais uma vez. Eu perguntei se poderíamos aprovar em globo ou se há algum problema.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Eu peço a retirada, tenho problema com relação a esse décimo sexto, da Deputada Erika Kokay: audiência pública para a situação prisional de indígena encarcerado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, eu pediria o seguinte: o fato de aprovarmos não quer dizer que nós vamos... Eu respeito muito a Deputada Erika Kokay, mas eu acho que os indígenas não têm nada a ver com a nossa situação aqui, nada a ver.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Ou se está cumprindo pena no Brasil, ou não se está cumprindo pena.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, esse requerimento já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Já?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O que a Deputada propõe é a indicação de nomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não, não foi aprovado, não. Nós estamos com ele aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não foi aprovado, não.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só se foi noutra Comissão, aqui não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, nesta mesma. Em globo também. Eu acho que até assinei com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não. O da confusão, o da confusão foi aquele que era uma reunião conjunta.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Verônica Molina, aquela que comeu a orelha do policial. Isso está superado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, a gente pode aprovar. O fato de, se houver audiência, vamos ver...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas eu posso destacar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pode.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu não concordo com isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bem, não havendo acordo, vamos aprovar até o 15º, é isso? E se discute, Deputado Edmilson?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu queria argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Passo a Presidência, só com relação ao primeiro item, que é esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Passamos agora à deliberação dos requerimentos constantes na pauta.

O primeiro deles é o de nº 73/15, do Sr. Alberto Fraga, *“que requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI - SISTEMA CARCERÁRIO por 60 (sessenta) dias, a contar a partir do término efetivo dos trabalhos (17/07/2015)”*.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Posso encaminhar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Por favor.



O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - O requerimento nada mais é do que um pedido dessa prorrogação por mais 60 dias. A alegação principal é que muitas informações, muitos dados não chegaram ainda até nós. A nossa CPI não tem dado despesas para a instituição, os nossos gastos são moderados. Só fizemos uma diligência até agora.

Portanto, eu espero a compreensão de todos, porque nós vamos ter de trabalhar, daqui para frente, com relação às sub-relatorias, dando essa prioridade para montarmos os relatórios. Então, eu peço a aprovação da Comissão. Depois até mesmo teremos de falar diretamente com o Presidente Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Requerimento nº 72, de 2015, do Sr. Fausto Pinato, que *“requisita a todos os Governos Estaduais e ao Governo do Distrito Federal cópias dos contratos de cogestão ou de parceria público-privada eventualmente firmados para a gestão, administração e/ou construção de unidades prisionais, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias para resposta”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, só para contribuir com o debate, esse requerimento, na verdade, é para podermos ver a situação realmente, porque o pessoal bate muito na questão de que a terceirização poderia ficar mais cara. É para podermos fazer um estudo mais detalhado.

Hoje, inclusive, estivemos participando de uma audiência pública sobre a redução da maioria, e esse tema, a questão dos presídios, entrou em pauta também. O nosso sistema prisional está falido. Eu acho que nós temos condições de



fazer um estudo detalhado sobre esses contratos, com as próprias oitivas, para vermos uma melhor solução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou fazer até o décimo quinto. Vamos aprovar em globo. Em seguida, vamos discutir o décimo sexto.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 68, de 2015, da Sra. Erika Kokay, quer *“requer a realização de audiência pública nesta CPI para discutir a situação do sistema prisional de indígenas encarcerados no Brasil”*.

Eu quero pedir a compreensão do Deputado Major Olimpio. Vamos aprovar, não tem nenhum problema!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu confirmei. A assessoria pode ver. Foi o Requerimento nº 16, de 14 de abril. Foi uma sessão de audiência pública conjunta com a PEC 215. Já há até data indicada, na PEC 215, para o debate.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas é dentro da CPI?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, seria uma conjunta aprovada aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Dentro da CPI, eu não concordo, não, Presidente. Vamos para o voto e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bem, mantém o posicionamento o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu também vou acompanhar o Major Olimpio, tendo em vista que, nesta Casa, nós temos que parar de ficar querendo fazer só questão de minoria. Eu entendo que, se é índio, se é ser humano, enfim, tudo vai estar englobado, com certeza. Se houver alguma questão de indígena, em determinado presídio, nós vamos ver essa questão. Aqui ninguém é bobo, ninguém vai deixar essas questões para trás. Na minha opinião, um requerimento nessa altura aí é mais para fazer sensacionalismo do que efetivamente para contribuir com esta CPI.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Com o objeto da CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Olhem, eu vou fazer seguinte: como a Deputada Erika Kokay não está... E eu respeito muito a posição de alguns Parlamentares que têm na sua população muitos indígenas. Eu, que sou de Brasília, posso ter um posicionamento diferente com relação aos povos indígenas, comparado ao de alguém que more em Roraima, no Pará, no Amazonas, onde há população indígena.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não temos presídios para indígenas! Perdão, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu sei que não temos, eu sei.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Dos 2.400 presídios, não há nenhum que...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, inscreva-me, pois quero fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, eu ia propor o seguinte: eu vou retirar de pauta, para não haver essa discussão. Depois a gente retoma.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, mas já está aprovado, pode checar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, já está aqui, realmente. Era isso que eu ia ler. Já foi aprovado o seguinte: *“requer que seja realizada, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 36, II e IV, do RICD, Audiência Pública conjunta com Comissão Especial destinada a oferecer parecer à PEC 215/2000, para discutir o tema ‘criminalização e situação prisional de índios no Brasil’ (...)* *“com a participação das seguintes indicações, bem como dos representantes das seguintes entidades: a) Representante da APIB – Articulação dos Povos Indígenas no Brasil; b) Representante do ISA – Instituto Socioambiental; c) Representante da FUNAI; d) Representante do Ministério da Justiça; e) Representante do CIMI – Conselho Missionário Indigenista”.*

Portanto, esse requerimento já está praticamente contemplado. Eu acho que V.Exa. tem razão.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deixe-me só fazer uma observação, Sr. Presidente. Primeiro, nós temos pouco tempo. Acho que, mesmo que aprovássemos para fazer algo mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não daria tempo.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ... exclusivamente aqui na CPI, eu acho difícil que nós consigamos realizar todas as audiências já aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com certeza, não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É muito difícil, mas há um conteúdo com o qual não posso concordar. Acho que o tratamento específico para as minorias é exatamente porque são minorias.

Ontem, assisti a uma entrevista, de madrugada, no Jô Soares, de uma moça, uma doutora que é arqueóloga da área de funerárias. Ela falou do passado, na Grécia, mas depois citou uma comunidade contemporânea que continua tendo como rito fazer uma sopinha do chorume do defunto. Ora, qualquer um de nós criado na ética cristã, todos nós, independentemente de religião, até os judeus, vivemos numa ética cristã hegemônica. Então, nós temos certos valores e os nossos comportamentos não agridem muito uns aos outros. Temos diferenças, mas conseguimos conviver. Entender uma situação dessas? Se você visita uma comunidade dessas, em determinado momento não tem como sustentar. É porque cultura é uma coisa muito difícil inclusive de mudar.

Quando se toca, por exemplo, em questões como... Como é aquele processo que comunidades africanas e até algumas religiões usam de desvirginamento da menina? Como é que se chama? Esqueci o termo técnico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Defloramento?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Utilizam para a retirada do hímen. A própria família o faz. Então, é muito duro para nós, que vivemos aqui, compreender uma situação dessas. Baixar um decreto que proíba uma comunidade tribal de fazer isso é muito difícil de resolver. Por quê? Porque são mudanças lentas mesmo.

Para uma das maiores violências que ocorreu nesse processo de Guerra do Iraque, aquela coisa do sapato tem um simbolismo grande para um... Bater, digamos, num Saddam Hussein, por exemplo, com um sapato; ou em algumas



situações, num segundo momento já, de soldados violentando ou fazendo coito anal com soldados árabes presos; para um muçulmano, pessoal, permanecer vivo assim é viver morto, porque é uma agressão muito forte. Até para um de nós é! Imaginem para alguém com outra concepção de mundo!

Então, acho que essa questão cultural não é uma coisa menor, para se dizer que é, digamos, proselitismo e que se queira usar um espaço do Parlamento para isso ou para aquilo. Sinceramente, eu às vezes ouço e gravo pronunciamentos de certos Líderes partidários e quase peço a eles para levarem o gravador, repetir e ligar todos os dias, porque é a mesma coisa quase todos os dias. E eu não acho que ele não tenha direito de fazer isso.

Então, para essa questão indígena, como outras questões, como a da mulher, por exemplo, tem que ter um tratamento diferente numa penitenciária.

Quer ver um debate que se coloca...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Para mulher há até uma Relatoria.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sim, há, exatamente. Considerou-se. Tínhamos que considerar, por exemplo, gays, porque, da mesma forma que eu ouvi uma crítica semana passada... E eu entendo que alguém não queira, digamos, porque há um preconceito, uma carga forte. Imaginem o que é um transexual entrar no banheiro de uma menina ou um jovem adolescente entrar no banheiro de uma menina! Esse é um debate difícil para as famílias. Eu entendo isso, a reação de ouvir na tribuna um Deputado fazendo uma crítica, eu entendo.

Agora, vejam só: qual é a alternativa, então, se tivermos preso alguém que é transexual; só por ser transexual, vai ser colocado junto com os outros, sabendo que ele vai ser violentado todos os dias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Cria-se um terceiro banheiro, coluna do meio.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pois é! Eu sei também que, numa situação em que as penitenciárias estão precárias e não há grana, esses temas acabam ficando mais difíceis. Porque a gente acha que tudo é impossível. Nunca vamos chegar às condições de penitenciárias que a Europa tem hoje. Mas, como a gente tem que pensar estrategicamente, e o Brasil é a sétima economia do



mundo, eu acho que no futuro — eu sou otimista — nós vemos ter condições de arquitetura.

No Pará — eu não falei há pouco, querido arquiteto? —, os contêineres continuam sendo penitenciárias. Em um clima de 38 graus, as pessoas estão dentro de contêineres ainda! Em Santa Catarina também, mas pelo menos ali...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, tem escola que está funcionando em contêiner, escola!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É claro que tudo isso dificulta pensar-se em investimentos e mudanças para atender aos interesses de todos. Eu só não acho que possamos tornar menor um tema, não. Se não conseguirmos fazer, é uma coisa, mas não vamos também achar que é uma violência contra nós, porque não é. Aliás, é enriquecedor podermos debater todos os temas, inclusive o das minorias nas penitenciárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu queria evitar a derrota do requerimento, mas, sem acordo, vamos para a votação.

Aqueles que são contrários permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com voto contrário dos Deputados Edmilson, Sérgio e o Busato...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, eu sou a favor.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Não, eles são a favor.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Eu sou a favor, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu sou a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, são três a favor.

Com cinco votos, o requerimento foi rejeitado.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, só para esgotar o tema, eu queria dizer o seguinte: a questão aqui não é nem a questão das minorias. O problema é o seguinte: nós sabemos que o sistema prisional hoje tem índios e não cumpre nem a lei para separar homicida de outros. Eu acho que, em tudo isso, nós vamos incluir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas a posição do Deputado Edmilson é exatamente que tem que ser discutido, é isso.



O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sem dúvida, mas nós vamos incluir isso no relatório. Essa realidade nós já sabemos. Agora, acontece o seguinte: o índio hoje, só para o senhor ter uma ideia, tem mais defesa do que muito cidadão do bem. Tem a FUNAI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tem mais terra que muita gente.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sem dúvida. Agora o que acontece? Isso também não quer dizer que não têm que ser respeitadas as tradições dele, de ele ter uma triagem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, eu fui visitar...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não tem cadeia para índio no Brasil!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Deputado, 662 morreram em 14 anos últimos. E a estatística indígena. A maioria são kaiowás, guarani-kaiowás. Não é pouco índio!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu estive com os cintas-largas, lá em Rondônia, e fiquei impressionado. Tem cacique lá rico, rico!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Morreram não, foram suicídios, só suicídios!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Era só queria, Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, conhecer um pouquinho mais desse tema. Eu sei que não existe uma cadeia só para índios, mas eu queria conhecer um pouquinho mais essa população carcerária indígena que tem o Brasil. Seria salutar para todos nós na CPI conhecer mais de perto essa população e esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

Bem, senhores, encaminhando para o final, eu vou encerrar a sessão, antes, porém, convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 23, terça-feira, com audiência pública, tendo como convidados o Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia, o Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia e o Secretário-Adjunto de Ressocialização do Estado de Alagoas, por requerimento do nobre Deputado Luiz Carlos Busato, que necessita dessas informações para poder proceder ao seu sub-relatório.



Está encerrada a presente reunião.